

NÍVEL SUPERIOR – DIREITO

Data: 27/10/2019

Número de questões: 20 (vinte)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada.
2. Cada candidato receberá um Caderno de Questões com o gabarito e deverá preencher seu nome e CPF.
3. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
4. Será atribuída nota 0 (zero) às questões de múltipla escolha que contiverem mais de uma alternativa marcada; sem opção assinalada; com rasura ou ressalva; assinalada a lápis ou por qualquer outro meio que não o especificado no edital e quando a alternativa assinalada for incorreta, segundo o gabarito oficial das provas.
5. O tempo previsto para aplicação das provas será de 4h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
6. Após 3 (três) hora de permanência no local de realização das provas será permitido ao candidato levar o caderno de provas.
7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, walkman, smartphones, tablets, iPod®, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo databank, gravador, pager etc.), livros, anotações ou qualquer tipo de objeto ou material semelhante.
8. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
9. *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
10. *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
9. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **29/10/2019**.
10. Os recursos referentes às questões aplicadas nas provas e respectivas respostas publicadas em gabarito oficial só serão aceitos da **8h00 às 17h00** (horário de Dourados-MS) nos dias **30 e 31 de outubro de 2019**, devendo ser digitados e encaminhados a unidade do CIEE Dourados.
11. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
12. Serão elaboradas listas de classificação em ordem decrescente de pontos obtidos.
13. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
14. O resultado definitivo será divulgado no dia **02/12/2019**, para os estudantes, no sítio do CIEE na internet.
15. O processo seletivo terá validade de 12 meses, contado a partir da publicação do resultado do certame, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período.
16. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
17. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital.

Boa Prova!

**IV PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTÁGIO REMUNERADO
EM DIREITO NA UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM
DOURADOS/MS**

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Quanto à disciplina da Justiça Federal na Constituição e jurisprudência correlata, analise as afirmativas abaixo e marque a resposta:

- I. As causas em que empresa pública ou sociedade de economia mista forem autoras, rés, assistentes ou oponentes serão julgadas necessariamente na Justiça Federal.
 - II. Causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil será julgada na Justiça Federal de primeira instância.
 - III. As causas que envolvam disputas sobre direitos indígenas são da competência da Justiça Federal.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Todas as afirmativas estão incorretas.
 - c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
-

2. Conforme a doutrina, são aspectos do chamado *Neoconstitucionalismo* os mencionados nos itens abaixo, **EXCETO**:

- a) Carga valorativa axiológica, com a valorização dos princípios.
 - b) Reaproximação entre o direito e a ética, com a leitura moral do direito.
 - c) Força normativa da Constituição.
 - d) Encolhimento da jurisdição constitucional, com prestígio ao Poder Legislativo.
-

3. Quanto à nacionalidade, nos termos de nossa Constituição, analise as afirmativas abaixo e marque a resposta:

- I. São considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, independentemente de qualquer procedimento.
- II. O brasileiro nato poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em

tráfico ilícito de entorpecentes.

III. É privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente do Senado Federal.

- a) Apenas a afirmativa II está correta.
 - b) Todas as afirmativas estão corretas.
 - c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - d) **Apenas a afirmativa III está correta.**
-

DIREITO ADMINISTRATIVO

4. Com relação à administração pública direta e indireta, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) **A sociedade de economia mista tem personalidade jurídica de direito público e destina-se à exploração de atividades econômicas.**
 - b) As agências reguladoras são autarquias em regime especial, sendo que seus servidores efetivos são selecionados por concurso público e são regidos por normas estatutárias.
 - c) Como pessoa jurídica de direito público, a autarquia realiza atividades típicas da administração pública.
 - d) A centralização consiste na execução de tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos da administração direta.
-

5. Quanto à disciplina dos atos administrativos, conforme entendimentos pacificados em nossos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

- I. **Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.**
- II. **Dentro de prazo legalmente hábil, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, mesmo em prejuízo de direito adquirido;**
- III. A administração pode anular ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

a) I, II e III.

b) I e II.

c) I e III.

d) I.

DIREITO CIVIL

6. Acerca da capacidade e incapacidade das pessoas naturais, marque a questão **CORRETA** à luz do Código Civil e da doutrina majoritária:

a) Personalidade e capacidade são termos sinônimos, ambos referindo-se à possibilidade de ser titular de direito e deveres.

b) O único critério atualmente previsto no Código Civil para a incapacidade absoluta é a idade.

c) Considera-se absolutamente incapaz a pessoa viciada em drogas, ainda que não esteja sob efeito atual dos entorpecentes.

d) O índio é considerado relativamente incapaz pela atual previsão do Código Civil.

7. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, marque a questão **INCORRETA** à luz do Código Civil e da doutrina majoritária

a) O Código Civil, quanto à desconsideração da personalidade jurídica, adotou a chamada “teoria maior”, exigindo que haja desvio de finalidade ou confusão patrimonial em relação à pessoa jurídica.

b) É pacificamente aceita na jurisprudência de nossos Tribunais Superiores a chamada desconsideração inversa da personalidade jurídica.

c) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, para a desconsideração da personalidade jurídica exige-se a prova – com possibilidade de inversão do ônus – do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial.

d) O Código Civil conceitua o desvio de finalidade como a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

8. Nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência correlata, marque a alternativa **INCORRETA**.

a) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.

b) Para as ações fundadas em direito real sobre bens móveis é competente o foro de situação da coisa.

c) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

d) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

9. A respeito dos juizados especiais cíveis no âmbito da justiça federal, assinale a opção **CORRETA**.

a) É cabível, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, recurso contra a decisão interlocutória que deferir medida cautelar no curso do processo;

b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

c) Ação que verse sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais podem ser julgadas no Juizado Especial Federal, desde que dentro do valor limite legalmente previsto.

d) Aplica-se no âmbito dos juizados o reexame necessário, atual remessa necessária nos termos do Código de Processo Civil.

DIREITO PENAL

10. Nos termos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), bem como pela jurisprudência de nossos tribunais superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Praticado o crime de tráfico de drogas por duas ou mais pessoas, configurado está também o crime de associação para o tráfico, ainda que não haja estabilidade nessa associação.

b) A natureza e quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para majorar a pena-base e para obstar a aplicação da causa de diminuição pelo chamado *tráfico*

privilegiado além de seu patamar mínimo, sem que haja *bis in idem*.

c) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

d) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006) configura-se apenas com a efetiva transposição de fronteiras.

11. Acerca da extinção da punibilidade, assinale o item **CORRETO**:

a) O indulto é um benefício concedido pelo Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República por meio do qual se extinguem os efeitos principais e secundários do crime.

b) A anistia, também chamada de “indulto individual”, é concedida por meio de decreto presidencial, extinguindo o efeito principal do crime (a pena).

c) A graça, que possui caráter coletivo, extingue os efeitos secundários da pena (a exemplo da reincidência).

d) A anistia será concedida apenas por lei ordinária federal, não extinguindo apenas os efeitos civis decorrentes do fato.

12. Com a intenção de fraudar a previdência social, Jair decide entrar com pedido de benefício de prestação continuada junto ao INSS, mesmo não possuindo idade suficiente. Para tanto, falsificou documento de identidade alterando sua data de nascimento, exclusivamente para realizar este pedido, obtendo êxito no seu pleito. Após descoberta a fraude, Jonas é denunciado pela prática dos crimes de estelionato (Pena: 1 a 5 anos) e uso de documento falso (Pena: 2 a 6 anos). Neste caso, conforme entendimento sumulado do STJ, o Juiz, caso condene Jonas deverá reconhecer:

a) A existência de concurso material de crimes, considerando que se trata de condutas distintas com fins distintos.

b) A existência de crime único de uso de documento falso, que absorve o crime menos grave, no caso, o estelionato.

c) A existência de crime único de estelionato, mesmo sendo menos grave que o uso de documento falso.

d) A existência de concurso formal de crimes, pois o estelionato não é meio para a prática do crime de uso.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

13. Considerando as disposições legais da Lei n. 8.213/91, julgue os itens a seguir:

I. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para

a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

II. Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

III. Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) I, II e III.
 - b) I e II.
 - c) I e III.
 - d) I.
-

14. Sobre o benefício de prestação continuada, de acordo com sua previsão constitucional e na Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa correta.

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
 - b) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
 - c) Considera-se impedimento de longo prazo, apto ao amparo assistencial, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
 - d) O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.
-

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

15. Sobre a Defensoria Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**

- a) É prerrogativa do Defensor Público Federal a intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos, salvo quando houver réu preso ou determinação judicial diversa;
 - b) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - c) É função institucional da Defensoria Pública patrocinar a ação penal privada e a
-

subsidiária da pública.

d) A Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.

16. Acerca da disciplina constitucional da Defensoria Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) As Defensorias Públicas Estaduais possuem competência exclusiva para legislar sobre sua organização.

b) A autonomia financeira consiste na possibilidade de a Defensoria Pública encaminhar sua proposta orçamentária ao Governador do Estado, o qual pode, caso necessário, realizar os cortes que entender cabíveis.

c) A vedação ao exercício da advocacia pelos Defensores Públicos só deve ser aplicada aos membros que tomaram posse após a data da publicação da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, uma vez que, antes da edição desta, não vigorava a vedação do art. 134, da Constituição Federal, pois, como é norma que limita direito, não é considerada autoaplicável.

d) A Defensoria Pública deve ser considerada uma cláusula pétrea, insuscetível de ser suprimida pelo Constituinte Derivado.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

17. São características ou especificidades dos direitos humanos, **EXCETO**:

a) Universalidade, consistente na atribuição desses direitos a todos os seres humanos, não importando nenhuma outra qualidade adicional.

b) Divisibilidade, considerando que os direitos humanos devem considerar especificidades locais e culturais;

c) Historicidade, considerando que os direitos humanos são uma construção derivada de manifestações e pleitos sociais, não surgindo de imediato, mas sendo temporalmente conquistados;

d) Imprescritibilidade, considerando que não há perda de direitos humanos pela passagem do tempo.

18. Julgue os itens a seguir.

- I. A chamada eficácia diagonal dos direitos fundamentais trata da incidência desses direitos em relações assimétricas, ou seja, relações privadas em que haja uma flagrante desigualdade de forças;
- II. A teoria da eficácia mediata nega a possibilidade de aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas porque, segundo seus adeptos, esta incidência acabaria exterminando a autonomia da vontade
- III. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais já foi reconhecida e aplicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

19. Considerando os posicionamentos consolidados em nossa jurisprudência acerca da competência no processo penal, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Tício, indígena, furta um televisor de seu vizinho dentro da comunidade indígena; nessa hipótese, a Justiça Federal será competente para julgar a respectiva ação penal pública, diante do preenchimento dos requisitos constitucionais que atraem essa competência.
- b) Após denúncia anônima, servidores responsáveis pela fiscalização das normas do trabalho localizam, em uma fazenda, 02 (duas) pessoas em situação que denota redução à condição análoga à de escravo; nessa hipótese, a ação deverá ser promovida na Justiça Estadual, considerando que não há coletividade de trabalhadores a serem protegidos.
- c) Caio, com o intuito de ocultar a origem de veículo objeto de furto, falsifica um Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), utilizando-o perante Policial Rodoviário Federal na tentativa de ter êxito no crime; nessa hipótese, a competência para ação penal é da Justiça Estadual, considerando que o documento falsificado é emitido por órgão público estadual (DETRAN).
- d) Mévio, durante a prática de um crime de contrabando de cigarros estrangeiros, ao ser flagrado pela fiscalização policial, mata dolosamente um dos agentes policiais atropelado durante a fuga, para evitar o flagrante; nessa hipótese, a ação penal será julgada pelo Tribunal do Júri a ser instaurado na Justiça Federal, em razão da conexão com crime federal.

20. No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.
- b) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

FOLHA DE RESPOSTAS

NOME DO CANDIDATO:_____.

CPF:_____.

Assinatura:_____.

QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
1		8		15	
2		9		16	
3		10		17	
4		11		18	
5		12		19	
6		13		20	
7		14			